

FEAM	
Protocolo nº: 1793645/2013	69
Divisão: 121227	FL. Nº
Mat.	Visto

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL



Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Fundação Estadual do Meio Ambiente

Processo nº 00309/2001/002/2006

Referência: Recurso a Câmara Normativa e Recursal do COPAM, infração gravíssima, porte médio.

Interessado: INDUSTRIA METALURGICA MORATORI LTDA.

PARECER JURÍDICO

Relatório

A sociedade empresária em referência foi penalizada com multa de R\$26.603,56 por "descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada ou por órgão seccional de apoio inclusive planos de controle ambiental de medidas mitigadoras de monitoração ou equivalentes aprovadas nas licenças. A empresa não implantou sistema de tratamento dos efluentes líquidos sanitários conforme condicionante nº4 da Licença de Operação nº 233/2002".

Inconformada a sociedade interpôs pedido de reconsideração, que manteve a penalidade de multa alterando o valor para R\$20.001,00, por força do disposto no artigo 96 do Decreto nº 44.844/08.

Dentro do prazo legal apresentou seu recurso, onde em síntese alega:

- possui a Licença de Operação desde 2009 pela agenda JF havendo cancelamento da exigência de execução do sistema de tratamento do efluente sanitário, sendo certo que a CESAMA faz o tratamento do esgoto;
- todas as condicionantes formaram cumpridas possuindo a ETE em pleno funcionamento;
- vem operando com 20% de sua capacidade em função da retração comercial diminuindo de forma expressiva o número de empregados;
- a empresa informou aos técnicos da FEAM, dentro do prazo estipulado, que a referida ETE está em construção e que o esgoto será tratado por esta ETE, dentro do prazo estipulado;
- a declaração da CESAMA informa que todos os efluentes sanitários da empresa são tratados na ETE do bairro Barbosa Lage, sendo dispensada da construção de ETE específica;
- a forma de tratamento recomendado era a fossa séptica devido ao local em que a empresa encontra-se localizada, sendo sua construção proibida por Lei Municipal;

- deveria ser aplicada a Advertência e aplicadas atenuantes;
- requer a improcedência da multa e a reconsideração da pena.

Do ponto de vista jurídico a recorrente não apresentou nenhum dado ou fato capaz de alterar as decisões anteriores de penalização ao recorrente, apresentando o mesmo recurso já analisado e julgado pela Unidade Regional do COPAM, quando da apresentação do Pedido de Reconsideração e em sua defesa, como poderemos demonstrar pela simples leitura da peça apresentado e anexa aos autos.

Desta forma reportamos ao parecer técnico, onde em síntese relata que, a empresa implantou a sistema de tratamento de efluentes e que não iria implantar a ETE para tratamento dos esgotos sanitários, visto que a CESAMA estaria construindo uma ETE no Bairro Barbosa Lage, sendo seu esgoto direcionado e esta ETE. Em 24/11/2005 em nova vistoria, foi constatado que o sistema de tratamento não tinha sido implantado, bem como a empresa não conseguiu comprovar o início da operação da nova ETE CESAMA.

O fato é que o recorrente descumpriu a condicionante nº 4 da Licença de Operação nº233 de 04/06/2002.


Argumenta o recorrente que deveria ter sido penalizada com Advertência o que não poderá prosperar. A infração cometida pelo recorrente é de natureza gravíssima sem respaldo legal.

Conclusão

Diante dos fatos narrados, deve ser o presente Recurso encaminhado a Câmara Normativa e Recursal do COPAM, a fim de que seja julgado improcedente com a conseqüente manutenção da penalidade de multa atualizada, devendo ser efetuada a sua cobrança, sob pena de inscrição em Dívida Ativa do Estado.

É o parecer, *s.m.j.*

Belo Horizonte, 16 de setembro de 2013.


Carmen Lúcia dos Santos Silveira
OAB/MG 38.838 – MASP 1043.754-9